

INDÍGENAS : XINGU

CEDI - P. I. B.
DATA 06 / 09 / 88
COD 01000040

Um patrimônio histórico e cultural, talvez um dos mais ricos do mundo, quer pela sua complexa população étnica, registros arqueológicos, flora e fauna com grande amplitude de variação (endemismo-espécies locais), populações ribeirinhas cuja história e tradição mostram, juntamente com as comunidades indígenas raízes verdadeiras da história do povo brasileiro. / Tudo isso, e muito mais - palco da devastação que se instala na Amazônia - fruto de especulações de grupos econômicos os mais diversos, que da Amazônia só desejam mesmo o estrativismo selvagem, mascarados com projetos capitalistas alegando desenvolvimento à Região, quando sabe-se realmente que por trás destes inúmeros projetos seja os de iniciativa privada, ^{XXIII} ~~XXIII~~ / os governamentais o interesse real é não preservar e sim concentrar imensa riqueza nas mãos de poucos aruinando a história do povo brasileiro, apagando suas raízes, destruindo nossa / verdade.

A grande tragédia da Amazônia contemporânea é sem dúvida a destruição ou a pouca valorização dada às culturas indígenas e ao seu conhecimento acumulado desta região na sua imensa diversidade. Cada tribo tem o seu sistema de conhecimento ecológico e uma estratégia de sobrevivência acumulada e aperfeiçoada ao longo dos milênios. Todo este precioso acervo está ameaçado de extinção (Posey, 1983).

Existem, hoje no País, conhecidos 180 povos indígenas com língua, modo de vida e patrimônio cultural próprios. São ao todo entre 200 e 220 mil indivíduos, legítimos cidadãos brasileiros, detentores de um status social reconhecido em lei, o que implica num conjunto de direitos específicos.

A história mostra que a população original consta de um montante de mais de 10 milhões de silvícolas, ou melhor, de cidadãos, e que a sua devastação sempre se deveu pelo impiedoso massacre que a sociedade de origem européia sempre impôs à estes povos.

LEGISLAÇÃO

A legislação brasileira sempre mostrou interesse (e preocupação) para com os Povos Indígenas. No entanto, por ser um País sempre a mercê dos interesses multi-capitalistas e de um executivo alheio ao mundo das leis, praticamente nada nunca foi respeitado em relação à questão indígena, haja visto o número

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

nal. Consciência e destino comuns nasce entre os Índios. Paços políticos e jurídicos entre as comunidades indígenas ampliam-se. Surge, em 1980 a União das Nações Indígenas (UNI), não reconhecida oficialmente. Em 1982, um cacique Xavante é eleito deputado federal, pelo Rio de Janeiro. Seu nome: Mário Juruna. Marca a presença-diferença indígena no Congresso Nacional (Vidal, 1986).

Por iniciativa de Mário Juruna constitui-se a "Comissão / Parlamentar do Índio", que deve fiscalizar qualquer projeto / de lei referente a índios, submetido ao Congresso. Mário Juruna ainda apresentou um projeto de lei, aprovado pela Câmara Federal, e que visa a uma reestruturação da FUNAI. (Vidal, 1986)

Paradoxalmente, durante o ano de 1983, em que a comunidade indígena obteve maior participação direta na discussão e / regulamentação de seus direitos, o Poder Executivo foi o autor exclusivo de vários projetos de lei, decretos e regulamentos, que reduzem os direitos patrimoniais indígenas anteriormente assegurados pela Constituição Federal e o Estatuto do Índio. Entre eles os mais nocivos, sem dúvida, são os Decretos nºs 88.118/83 e 88.985/83, que tratam respectivamente do procedimento de demarcação das terras e exploração de recursos minerais em áreas habitadas pelos índios. (Vidal, 1986).

DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Por conta do Decreto 88.118/83 a questão da demarcação / das terras indígenas fica comprometida, pela morosidade do processo assim o faz. Além do mais as intrasigências de um "aparato burocrático fortemente armado" parecem "de propósito" não quererem a demarcação urgente destas terras.

O artigo 65 da Lei 6001/73 prevê a demarcação de todas as terras indígenas até dezembro de 1978. No entanto, 14% das terras foram realmente demarcadas. Este decreto 88.118/83, quando se refere a ele como sendo um "aparato burocrático fortemente armado" é porque o mesmo atraza a questão da demarcação por ter-se introduzido um parecer conclusivo de um "grupo de trabalho". A este grupo devem estar presentes representantes do Ministério do Interior, do Ministério Extraordinários para Assuntos Fundiários e de outros órgãos federais ou estaduais "julgados convenientes", além de outras exigências, tais como: a existência de não-índios nas terras, a existência de povoados, de benfeitorias e de projetos oficiais. Desta feita, fica claro que o último desejo das autoridades deste País é reconhecer os direitos de nossos legítimos representantes. É /

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

OS KAYAPÓS-XICRINS

Guerreiros, os Xicrins, também são um dos treze representantes do Grupo Kayapó. Habitam as margens do Rio Bacajá (afluente do Rio Xingu), município de Senador José Porfírio. Ao todo são 210 índios da família linguística GI, com um universo dotado de uma ordenação espacial nitidamente estruturada, revelando uma integração bem sucedida entre adaptação ao meio ambiente e organização social.

Os Xicrins travam contato com a civilização branca desde a década de 50. Contudo mostram-se inteiros no que diz respeito às suas origens e tradições culturais.

Segundo Darrel Posey, no processo de construção de suas aldeias, os Kayapós procuram sempre escolher um território / próximo de um rio ou igarapé, que seja seco e bem drenado. Além de escolherem uma área de transição entre várias zonas ecológicas - o que lhes permite acesso fácil a uma grande variedade de espécies vegetais e animais.

Atualmente, os Xicrins já tem suas terras demarcadas. Ao todo são 192 mil hectares - considerada pelos técnicos da FUNAI uma área muito pequena em função da necessidade de espaço que estes necessitam, uma vez se tratando de índios guerreiros. Muito bem organizados e conscientes dos problemas enfrentados e a enfrentar, os Xicrins reivindicam a demarcação de mais 100 mil hectares, área esta que compreende o garimpo Manelão. Contudo, dada as dificuldades para esta regularização, os índios através de seu líder máximo Bebtok (conhecido também por Onça - foto), FUNAI e garimpeiros fizeram um acordo onde os índios recebem hoje um pagamento mensal de 3750TNs (ao preço dia) do Garimpo para uma "boa relação de vizinhança".

Contudo, por enquanto, todos os Kayapós, apesar das mudanças às vezes drásticas e rápidas (redução dos territórios, degmatamentos, invasões, mineração, interferências na vida tribal) e das próprias mudanças internas às quais vêm se adaptando paulatinamente (sedentarização, maior ênfase dada à agricultura, coleta e comercialização da castanha-do-pará, doenças exógenas e escolas), eles continuam a desempenhar as suas atividades de subsistência tradicionais. (Vidal, 1986)

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

PARAKANAS

Do povo Parakana, este grupo pertence à etnia Apiterewa, que está localizada no Igarapé Bom Jardim. Ao todo são 143 índios. Usam a cabeça raspada e tem na agricultura seu traço forte. A cerâmica é mesmo para o consumo interno. O contato deu-se em 1979 e não morreu ninguém, porém viveram uma crise de malária há bem pouco, onde foram registrados 100% de casos.

A demarcação de suas terras está prevista para 1988 e são ao todo 244000 ha. No momento a FUNAI cuida da reavaliação física desses índios pois a crise alimentar também é penosa.

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

ARAWETE

Pertencentes a língua tupi, os Arawete do Igarapé Ipixuna são agricultores e fabricantes de seus instrumentos de trabalho (reprodução de sua arte). Sua aldeia está dentro do município de Senador José Porfírio. Ao todo são 163 índios, atualmente em franco crescimento. No momento suas terras estão no processo de definição fundiária e reivindicam a demarcação / de 985.000 ha. Por enquanto, não há invasões - isto talvez, ^{devido} ~~por~~ ser o acesso muito difícil. A saúde dos mesmos está regular e possuem ~~uma~~ fartura alimentar.

Praticam a agricultura do milho, arroz, cana, mandioca, urucum, banana, e algodão. Sua roupa é artesanal e à época do contato já estavam vestidos.

administrador regional (FUNAI/Altamira, Anacleto Pereira Neto, 38 anos. Toninho é antropólogo, graduado em Filosofia e Mestre em antropologia social pela Universidade de Brasília (UNB).

Antes de vir para Altamira, foi o administrador regional de Rio Branco. Lá o mesmo deixou um trabalho organizado com 45 cooperativas funcionando e dando lucro, 20 escolas com 30 / professores, 15 atendentes de enfermeiros, uma total de 60 áreas indígenas, 18.000 índios e 12 tribos.

.....

Este trabalho também foi possível mediante consulta bibliográfica nos seguintes livros e artigos: -

Posey, Darrel A. 1984a "Manejo de Apoeira, Floresta Secundária, Campos e Cerrados", Suma Etnológica Brasileira (no prelo).

1984b. "Os Kayapó e a Natureza", Ciência Hoje, vol. 2, nº 12, maio-junho 1984.

Carajás : desafio político, ecologia e desenvolvimento / José Maria Gonçalves Jr. (org.); apresentação José de Anchieta Moura Fé. --São Paulo: Brasiliense; (Brasília, DF): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

(A questão indígena - Lux Boelitz Vidal, trecho consultado desta obra)

(Report.: novembro/1987)

Suzana Prudente Correia

.....